

RECURSO ESPECIAL Nº 1.854.045 - AM (2019/0376835-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : ADRIANO COSTA DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO - AM004508
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

ADRIANO COSTA DE SOUSA interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas** na Apelação n. 600967-78.2018.8.04.0001.

O recorrente foi condenado a 4 anos de reclusão e 20 dias-multa, em regime inicial fechado, pelos crimes dos arts. 297 e 304 do Código Penal.

Nas razões do especial, a defesa aponta violação do **art. 42 da Lei n. 11.343/2006**, ao argumento de que a pena-base do crime de falsificação de documento público foi fixada de modo desproporcional e que houve dupla valoração da culpabilidade do réu, porquanto "já é elemento subjetivo do crime, não sendo motivo necessário e suficiente para ser negativamente considerado, tendo em vista que disso depende a caracterização do delito" (fls. 297-298).

Aduz também a infringência do **art. 386, II, do Código de Processo Penal**, uma vez que o agente deve ser absolvido pelo crime de uso de documento falso. Assevera: "o apelante em momento algum apresentou o documento aos policiais como fora dito, a real dinâmica dos fatos é que, conforme fora dito em juízo, os policiais ao revistarem a sua carteira encontraram o documento falso, e de imediato fora dito que tratava-se de documento falso" (fl. 298).

Busca a fixação de **regime inicial** diverso do fechado, ao sustentar ser inadequada "do ponto de vista social e constitucional a obrigatoriedade de fixação do regime semiaberto quando presente a reincidência nos casos de apenados a penas privativas de liberdade iguais ou inferiores a 04 anos" (fl. 302). Em caráter subsidiário, pugna pela aplicação da Súmula n. 269 do STJ.

Requer a absolvição do recorrente pelo crime do art. 304 do CP, a redução da pena-base do crime do art. 297 do CP ao mínimo legal e o

abrandamento do regime inicial.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso ou, subsidiariamente, pelo seu não provimento (fls. 363-367).

Decido.

O recurso especial, embora tempestivo, **não preenche** os demais requisitos de admissibilidade, pelos óbices das **Súmulas n. 284 do STF e 7 do STJ**.

No que tange ao primeiro enunciado sumular, verifico que as **razões de pedir** – revisão da pena-base – estão **dissociadas do dispositivo apontado como violado** – art. 42 da Lei de Drogas, que trata das circunstâncias preponderantes na fixação da pena, na primeira etapa da dosimetria, especificamente nos delitos previstos nessa legislação. Os crimes pelos quais o recorrente foi condenado estão dispostos no capítulo dos delitos de **falsidade documental**, no Código Penal, e, assim, seguem as diretrizes do art. 59 desse diploma legal.

Ainda que assim não fosse, destaco, por oportuno, que a **culpabilidade em sentido estrito**, assim entendida como elemento integrante da estrutura do crime, em sua concepção tripartida, **não se confunde com a culpabilidade em sentido lato**, a qual se refere à maior ou à menor reprovabilidade do agente pela conduta delituosa praticada, aferida na individualização da pena. Portanto, **não configura bis in idem a exasperação da reprimenda pela valoração negativa da culpabilidade do agente**, desde que invocados fundamentos idôneos para tanto.

Aplica-se também o óbice da **Súmula n. 284 do STF** no que tange ao pleito de **revisão do regime inicial**, uma vez que a defesa não apontou os respectivos artigos de lei supostamente violados pelo Tribunal *a quo*.

Menciono, apenas em *obter dictum*, que "O condenado reincidente, condenado a pena igual ou inferior a 4 anos de reclusão, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime fechado, se desfavoráveis quaisquer das circunstâncias previstas no artigo 59 do Código Penal" (**HC n. 212.232/SP**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 26/8/2014).

No tocante ao **pleito absolutório**, incide a **Súmula n. 7 do STJ**, haja vista que a análise da pretensão defensiva demandaria o reexame do acervo probatório dos autos, o que é inadmissível no recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nessa perspectiva: "É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a absolver, condenar, ou desclassificar a imputação feita ao acusado, porquanto é vedado, na via eleita, o reexame de provas, conforme disciplina o enunciado 7 da Súmula desta Corte" (**AgRg no AREsp n. 304.675/SC**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 9/5/2013).

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**